



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE PELOTAS EM 21.03.2017

Aos 21 dias do mês de março de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Pelotas, o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 000631-15.2017.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Coordenador Álvaro Jose Pereira Grill e pelo seu Assistente Jordão José Nunes Aranha, lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 31.03.2016

Data de Implantação do PJe: 17.04.2015

Jurisdição: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, Piratini e Turuçu

1.1 Período Correcionado: de 01.01.2016 a 21.03.2017

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz(a) Diretor(a) do Foro	Titularidade
Ana Ilca Härtter Saalfeld	4ª Vara do Trabalho de Pelotas

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Pelotas gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Alvaro Jose Pereira Grill	Analista Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	01.08.1993
2	Jordão Jose Nunes Aranha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.12.1998
3	Liliane Vighi Storch	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.11.1993
4	Marcilio Gonçalves Filho*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.08.2010
SEG	Mauro Ortiz Alt*	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	04.11.1996
SEG	Paulo Jesus de Andrade e Silva	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	07.02.2013

Servidores Lotados na Central de Mandados

	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Andre Luis Cavalcanti Moreira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.01.2015
2	Andres Santos Cevallos	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	01.02.2005
3	Claiton Luiz Duarte da Silva	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.04.2003
4	Fabricio Pessotto Balem	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.03.2010



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Marcelo Dantas Rita	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal		19.06.2012
6	Mariana Dalago Bohrer	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal		16.01.2017
7	Rafael Tavares Carvalhal**	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal		30.05.2008
8	Raquel Medeiros de Lorentz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal		20.01.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 09.02.2017)

* Os servidores Marcílio Gonçalves Filho e Mauro Ortiz Alt registram lotação anterior na Unidade Judiciária, de 30.03.2007 a 03.11.2009 e de 05.03.1991 a 05.03.1996, respectivamente.

** O servidor Rafael Tavares Carvalhal registra lotação na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Pelotas, anteriormente denominada Serviço de Distribuição dos Feitos, no período de 06.10.2005 a 29.05.2008.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução n. 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução n. 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução n. 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correcionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	N. de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Marcilio Goncalves Filho	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	7
2	Marcia Lenici Eslabao Hackbart	Curso ou Evento (CURS)	2	3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
3	Alvaro Jose Pereira Grill	Curso ou Evento (CURS)	3	3
4	Paulo Jesus de Andrade E Silva	Curso ou Evento (CURS)	13	13
5	Jordao Jose Nunes Aranha	Curso ou Evento (CURS)	2	2
6	Josiane dos Santos Brum	Doença em pessoa da família (LPF)	12	20
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	
7	Solange Cardoso Gonçalves	Doença em pessoa da família (LPF)	4	4

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	N. de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Claiton Luiz Duarte da Silva	Curso ou Evento (CURS)	4	4
2	Andres Santos Cevallos	Afastamento integral por convocação (AIS)	4	7
		Curso ou Evento (CURS)	2	
		Dispensa do ponto (DPON)	1	
3	Fabricio Pessotto Balem	Curso ou Evento (CURS)	4	4
4	Marcelo Dantas Ritta	Curso ou Evento (CURS)	4	4
5	Vinicius Fernandes da Costa	Curso ou Evento (CURS)	6	33
		Fruição dos dias trabalhados nas eleições (TREF)	27	
6	Andre Luis Cavalcanti Moreira	Curso ou Evento (CURS)	2	2

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 10.02.2017)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Josiane dos Santos Brum	8/4/2014	5/12/2016	2 anos, 7 meses e 28 dias	Lotação na 3ª VT de Pelotas
2	Marcia Lenici Eslabao Hackbart	8/4/2014	23/10/2016	2 anos, 6 meses e 16 dias	Lotação na 4ª VT de Pelotas
3	Solange Cardoso Gonçalves	8/4/2014	6/11/2016	2 anos, 6 meses e 29 dias	Lotação na 2ª VT de Pelotas
4	Valdemor Escobar de Vasconcelos	8/4/2014	27/6/2016	2 anos, 2 meses e 20 dias	Falecimento

Central de Mandados					
1	Eduardo Padilha da Costa	4/7/2014	8/1/2017	2 anos, 6 meses e 5 dias	Lotação na Central de Mandados de São Leopoldo
2	Vinicius Fernandes da Costa	23/3/2012	8/1/2017	4 anos, 9 meses e 16 dias	Lotação na Vara de Torres

2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.02.2017.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
Mês/Ano	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
Fev-2015 a Jan-2016	2.251	R\$ 11.419,63	R\$ 1.031,57



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Média mensal	187,58	R\$ 951,64	R\$ 85,96
Fev-2016 a Jan-2017	1.958	R\$ 10.760,22	R\$ 71,89
Média mensal	163,17	R\$ 896,69	R\$ 5,99
Variação	-13,02%	-5,77%	-93,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 15.03.2017)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 163,17 certidões negativas por mês no período entre fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, média 13,02% menor do que a verificada no período anterior.

Segundo informado pelo coordenador, as certidões são entregues até às 16h30min do dia seguinte ao do pedido, à exceção dos casos urgentes, em que a entrega é antecipada.

A unidade arquiva o requerimento e as guias que comprovam o pagamento dos emolumentos pelo período de 180 dias.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	39.352 - 93,34%	2.810 - 6,66%	42.162
Processos com reclamadas	115.835 (Totalmente) – 97,02%	2.894 – 2,42%	119.389
	660 (Parcialmente) – 0,55%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017, 14h36min)

O artigo 41, §4º, da CPCR dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR, consultados no dia 15.03.2017, 93,34% das reclamadas (39.352 reclamadas) dos processos físicos do Foro de Pelotas encontravam-se com cadastro unificado. Portanto, restavam pendentes de unificação 2.810 cadastros de reclamadas.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançaram o percentual de 97,02% dos processos que tramitam no Foro (115.835 processos). Nesse particular, houve avanço de 2,31 pontos percentuais em relação aos dados do ano anterior, quando os cadastros de reclamadas totalmente unificados vinculados a processos alcançaram o percentual de 94,71% (112.973) de um total de 119.281 processos.

Segundo o coordenador, o processo de unificação das reclamadas não evoluiu a contento porque os cadastros ainda não unificados, na sua quase



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

totalidade, relacionam-se a processos já enviados ao depósito centralizado, motivo pelo qual mais complicada a consulta aos documentos juntados. Informou que as providências para unificação das reclamadas envolvem consulta aos documentos juntados com a petição inicial, consulta ao CNPJ ou CPF no sítio da Receita Federal e no próprio PJe, busca de informações em documentos de processos arquivados, nos documentos juntados no próprio requerimento e no sítio dos Correios, entre outras.

Declarou o coordenador que a inclusão de novas reclamadas é precedida de uma consulta objetivando verificar a existência de cadastro prévio; quando feita, já o é da forma unificada.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
Endereços Dos Advogados	Unificados		Não unificados	Total
	Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	Reclamada	
119.388 (Totalmente) – 100%	7.680 – 99,99%	0 (Parcialmente) - 0%	119.387 (Totalmente) - 100%	1 – 0,01% 119.389 1 - 0% 119.387

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 99,99% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Pelotas encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes encontravam-se totalmente unificados em 100% dos processos e os dos advogados de reclamadas em 100%. Salienta-se que, em relação ao período anterior, houve avanço no número de unificações de endereços de advogados de reclamantes e reclamadas, os quais correspondiam, respectivamente, a 98,22 e 96,60% naquele período.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
Órgãos	Unificados		Não unificados	Total
	Processos com Órgãos	1.453 - 100%	0%	
7.375 - 100%	7.375	0%	7.375	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

De acordo com o sistema informatizado, 100% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. O mesmo ocorreu em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

	DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES		
	Fev-2015 a Jan-2016	Fev-2016 a Jan-2017	Variação
Ação anulatória	4	0	-100,00%
Ação cautelar	3	1	-66,67%
Ação civil coletiva	1	0	-100,00%
Ação civil pública	1	0	-100,00%
Ação cobrança contr.sind	2	0	-100,00%
Ação de consignação	11	0	-100,00%
Ação de cumprimento	10	0	-100,00%
Ação de indenização	13	0	-100,00%
Carta de ordem	1	0	-100,00%
Carta de sentença	34	13	-61,76%
Carta precatória	88	0	-100,00%
Embargos de Terceiro	31	41	32,26%
Exec. de Título Judicial	1	0	-100,00%
Inquérito	1	0	-100,00%
Outros	5	0	-100,00%
Reclamatória-Ordinário	904	6	-99,34%
Reclamatória-Sumaríssimo	227	0	-100,00%
TEE Outros	1	0	-100,00%
TEE ajuste de conduta MPT	1	0	-100,00%
TEE multa da DRT	2	0	-100,00%
TOTAL	1.341	61	-95,45%
MÉDIA POR MÊS	111,75	5,08	-95,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período correcionado, foram distribuídas 61 novas ações em **processos físicos** no Foro de Pelotas, registrando-se uma média mensal de 5,08 distribuições. Esse número foi 95,45% menor que as ações distribuídas no período anterior.

Essa significativa diminuição se atribui à implantação do processo judicial eletrônico na Unidade a partir de 17.04.2015.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Período	Total	Dias Úteis	Média/dia
Fev-2015 a Jan-2016	38.145	222	171,82
Fev-2016 a Jan-2017	30.367	221	137,41
Variação	-20,39%	-0,45%	-20,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

No período correcionado, foram protocolizadas 30.367 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 137,41 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma redução de 20,03% na média diária de petições e documentos protocolizados. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Pelotas fica em sala contígua a da CCDF.

A unidade recebe os lotes enviados pelas varas e verifica se os processos listados estão todos, de fato, no lote indicado. Verifica a quantidade de processos, os números dos processos e os nomes das partes, a numeração dos volumes e a existência de despacho determinando o arquivamento. Estando tudo correto, apõe o termo de arquivamento por carimbo, abaixo do termo de remessa e na capa do processo, com indicação da data e do número da guia. Confecciona guia contendo uma etiqueta identificando o lote e a data de remessa ao arquivo em ordem sequencial.



3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Na data da correição, não havia processos em carga com o prazo excedido.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Pelotas está dividida em 8 setores:

Setor 1: Fátima, Navegantes, Porto e Areal Sul, em Pelotas, e o 1º distrito da cidade de Canguçu;

Setor 2: Centro e Leste de Pelotas e o município de Piratini;

Setor 3: Fragata Sul, Simões Lopes, Praça 20 de Setembro, no município de Pelotas, e a cidade de Capão do Leão;

Setor 4: Fragata Norte e Distrito Industrial, em Pelotas, e Colônias de Pelotas, BR 392 (5º, 7º, 8º e 9º);

Setor 5: Centro Norte de Pelotas e 2º, 3º e 5º distritos de Canguçu;

Setor 6: Três Vendas Esquerda, em Pelotas; Colônias de Pelotas - BR 116, 2º, 3º, 4º e 6º, e os municípios de Turuçu e Arroio do Padre;

Setor 7: Três Vendas Direita, em Pelotas; o município de Morro Redondo e o 4º distrito de Canguçu;

Setor 8: Areal Norte e Laranjal, em Pelotas; Balneário dos Prazeres e Colônia de Pescadores Z3.

No momento, o setor 1 é atendido pelo oficial de justiça Andrés Santos Cevallos, o setor 2 é atendido pelo oficial de justiça Claiton Luiz Duarte da Silva, o setor 3, pelo oficial de justiça Marcelo Dantas Ricca, o setor 4 pelo oficial de justiça Fabricio Pessotto Balem, o setor 5 pelo oficial Andre Luis Cavalcanti



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Moreira, o setor 6 pela oficiala Raquel Medeiros de Lorentz, o setor 7 pelo oficial Rafael Tavares Carvalhal e o setor pela oficiala Mariana Dalago Bohrer.

O revezamento dos oficiais entre os setores ocorre a cada 6 meses. O último foi realizado em 01.01.2017.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados são distribuídos uma vez por semana: às segundas-feiras ou no dia útil seguinte para os mandados oriundos de processos físicos e na sexta-feira para os mandados oriundos de processos eletrônicos.

Os mandados urgentes são distribuídos juntamente com os demais ao OJ, havendo prioridade no seu cumprimento em relação aos outros.

Os mandados classificados como plantão são distribuídos imediatamente ao OJ que estiver de plantão na semana. O plantão inicia às 8h da manhã de uma segunda-feira e termina na próxima segunda, antes do início do expediente.

Os mandados são devolvidos às Varas duas vezes ao dia. Em caso de urgência ou plantão, os mandados são devolvidos logo após o seu cumprimento.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
Mês/Ano	Total	Média Mensal
Fev-2015 a Jan-2016	2.529	210,75
Fev-2016 a Jan-2017	2.146	178,83
Variação (%)	-15,14%	-15,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
Fev-2015 a Jan-2016	1.460	121,67
Fev-2016 a Jan-2017	3.325	277,08
Variação (%)	127,74%	127,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.03.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período correcionado, a Central de Mandados de Pelotas recebeu 5.471 mandados, sendo 2.146 de processos físicos e 3.325 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 455,92 mandados recebidos, média geral 37,15% maior do que a média verificada no período anterior (332,42 mandados/mês).

Saliente-se, por oportuno, que, em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução, nos últimos 12 meses, de 15,14% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	Fev-2015 a Jan-2016	Fev-2016 a Jan-2017	Variação
Busca e Apreensão	69	53	-23,19%
Citação	580	599	3,28%
Condução de Testemunha	19	1	-94,74%
Notificação	978	363	-62,88%
Penhora	645	832	28,99%
Outros	249	280	12,45%
Total	2.540	2.128	-16,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	Fev-2015 a Jan-2016	Fev-2016 a Jan-2017	Variação
Notificação	1.084	2.349	116,70%
Mandado	247	830	236,03%
Ofícios	40	89	122,50%
Total	1.371	3.268	138,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.03.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram cumpridos 5.396 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2016, dos quais 2.128 oriundos de processos físicos e 3.268 de processos eletrônicos. Em relação aos processos físicos, houve redução de mandados cumpridos no período correcionado (16,22%). Nos processos eletrônicos, foram cumpridos de 3.268 mandados nos últimos 12 meses, o que representa um aumento de 138,37%.

Nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente de diligência (832). Já nos processos eletrônicos, as notificações foram as diligências mais frequentes (2.349).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS			
	Fev-2015 a Jan-2016	Fev-2016 a Jan-2017	Variação
Busca e Apreensão	6,64	8,98	35,31%
Citação	7,39	6,17	-16,52%
Condução de Testemunha	59,68	72,00	20,63%
Notificação	5,81	7,06	21,46%
Penhora	11,76	11,79	0,27%
Outros	6,16	7,42	20,39%
Prazo Médio Geral	8,14	8,78	7,88%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	Fev-2015 a Jan-2016	Fev-2016 a Jan-2017	Variação
Notificação	7,01	7,08	0,94%
Mandado	9,79	11,47	17,13%
Ofício	5,93	7,81	31,80%
Prazo Médio Geral	7,48	8,21	9,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.03.2017)

Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos pela Central de Mandados de Pelotas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

observou aumento de 7,88% no período de fev-2016 a jan-2017. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, e excluídos os mandados de condução de testemunha, constata-se que as penhoras foram as diligências que demandaram maior tempo para cumprimento (11,79 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o prazo médio geral para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores foi de 8,21 dias, o que representa um acréscimo de 9,79% em relação ao período anterior. Dentre as espécies, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (11,47 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS				
	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	13	18,84%	14	26,42%
Citação	148	25,52%	134	22,37%
Condução de Testemunha	14	73,68%	1	100,00%
Notificação	175	17,89%	89	24,52%
Penhora	220	34,11%	336	40,38%
Outros	38	15,26%	77	27,50%
Total Geral	608	23,94%	651	30,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	286	26,38%	601	25,59%
Mandado	103	41,70%	381	45,90%
Ofício	8	20,00%	31	34,83%
Total	397	28,96%	1.013	31,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.03.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 651 mandados após o decurso do prazo legal, valor correspondente a 30,59% de todos os mandados cumpridos, tendo havido aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso no período anterior, que foi de 23,94%. Dentre essas diligências, as penhoras foram aquelas que apresentaram o maior índice de devolução com atraso.

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.013 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores no período correcionado, o equivalente a 31% de todos os mandados cumpridos no período, tendo havido aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso no período prévio, onde o percentual alcançou 28,96% do total de mandados. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “notificações” apresentam maior índice de devolução com atraso.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Pelotas:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000269-08.2011.5.04.0102	Condução de Testemunha	20/10/2014	05/06/2015	228
0000498-60.2014.5.04.0102	Condução de Testemunha	18/02/2015	19/08/2015	182
0000906-82.2013.5.04.0103	Condução de Testemunha	20/10/2014	05/03/2015	136
0000906-82.2013.5.04.0103	Condução de Testemunha	03/11/2014	06/03/2015	123
0000026-19.2015.5.04.0104	Penhora	09/03/2015	24/06/2015	107
0001046-85.2014.5.04.0102	Outros	01/06/2015	26/08/2015	86
0064300-45.2008.5.04.0101	Penhora	01/08/2016	26/10/2016	86
0073400-52.2007.5.04.0103	Penhora	09/12/2014	02/03/2015	83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000840-16.2010.5.04.0101	Penhora	01/06/2015	21/08/2015	81
0003300-09.2006.5.04.0103	Outros	15/12/2014	05/03/2015	80
0000286-70.2013.5.04.0103	Penhora	08/06/2015	25/08/2015	78
0000898-42.2012.5.04.0103	Penhora	08/06/2015	24/08/2015	77
0083700-88.1998.5.04.0103	Penhora	08/06/2015	22/08/2015	75
0083700-88.1998.5.04.0103	Penhora	08/06/2015	22/08/2015	75
0160600-97.2007.5.04.0103	Penhora	08/06/2015	20/08/2015	73

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020052-44.2015.5.04.0102	Mandado	15/07/2016	22/11/2016	130
0020257-73.2015.5.04.0102	Mandado	27/11/2015	15/03/2016	109
0020557-32.2015.5.04.0103	Mandado	17/06/2016	15/09/2016	90
0020606-76.2015.5.04.0102	Mandado	21/01/2016	19/04/2016	89
0020059-30.2015.5.04.0104	Mandado	15/07/2016	09/10/2016	86
0020691-56.2015.5.04.0104	Mandado	18/08/2016	09/11/2016	83
0020235-09.2015.5.04.0104	Mandado	07/08/2015	22/10/2015	76
0020875-75.2016.5.04.0104	Mandado	09/09/2016	23/11/2016	75
0020028-10.2015.5.04.0104	Mandado	11/08/2015	19/10/2015	69
0020054-11.2015.5.04.0103	Notificação	06/08/2015	05/10/2015	60
0020910-38.2016.5.04.0103	Mandado	30/09/2016	28/11/2016	59



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020431-79.2015.5.04.0103	Mandado	26/08/2016	19/10/2016	54
0020547-51.2016.5.04.0103	Mandado	21/10/2016	14/12/2016	54
0020260-31.2015.5.04.0101	Notificação	06/08/2015	28/09/2015	53
0020678-63.2015.5.04.0102	Notificação	03/12/2015	25/01/2016	53

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 09 mandados pendentes de devolução nos processos físicos.

N. Processo	Data da Distribuição	N. Carga OJ	Tipo Mandado	Dias em carga
0001042-13.2012.5.04.0104	20/02/2017	104-00021/17	Penhora	21
0000369-24.2015.5.04.0101	01/03/2017	101-00044/17	Penhora	12
0000073-02.2015.5.04.0101	01/03/2017	101-00045/17	Notificação	12
0000424-77.2012.5.04.0101	01/03/2017	101-00047/17	Citação	12
0000424-77.2012.5.04.0101	01/03/2017	101-00049/17	Citação	12
0000220-59.2014.5.04.0102	01/03/2017	102-00069/17	Notificação	12
0000220-59.2014.5.04.0102	01/03/2017	102-00070/17	Notificação	12
0000282-62.2015.5.04.0103	01/03/2017	103-00073/17	Notificação	12
0000591-28.2011.5.04.0102	02/03/2017	102-00068/17	PENHORA	11

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.03.2017)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 15.03.2017, apresentava 13 mandados sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo distribuído em 24.02.2017.

N. Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021303-57.2016.5.04.0104	24/02/2017	Notificação	Andre Luis Cavalcanti Moreira	17
0020054-17.2015.5.04.0101	24/02/2017	Notificação	Andres Santos Cevallos	17
0020194-53.2013.5.04.0123	24/02/2017	Mandado	Raquel Medeiros de Lorentz	17
0020049-31.2017.5.04.0131	24/02/2017	Notificação	Marcelo Dantas Ritta	17
0020114-53.2016.5.04.0101	24/02/2017	Mandado	Marcelo Dantas Ritta	17
0020078-71.2017.5.04.0102	02/03/2017	Notificação	Mariana Dalago Bohrer	11
0021118-22.2016.5.04.0103	02/03/2017	Mandado	Andres Santos Cevallos	11
0020016-34.2017.5.04.0101	02/03/2017	Notificação	Andres Santos Cevallos	11
0020110-76.2017.5.04.0102	02/03/2017	Mandado	Rafael Tavares Carvalhal	11
0020218-79.2015.5.04.0101	02/03/2017	Mandado	Fabricio Pessotto Balem	11
0020097-77.2017.5.04.0102	02/03/2017	Notificação	Rafael Tavares Carvalhal	11
0020058-74.2017.5.04.0104	02/03/2017	Notificação	Raquel Medeiros de Lorentz	11
0020693-26.2015.5.04.0104	02/03/2017	Notificação	Andres Santos Cevallos	11

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.03.2017)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por Oficial de Justiça Avaliador

Os quadros abaixo contêm o número de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Pelotas.

ANDRE LUIS CAVALCANTI MOREIRA				
INFOR				
Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017		
Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	
Busca e Apreensão	23	23	05	05
Citação	98	95	113	110



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Condução de Testemunha	03	03	00	00
Notificação	146	144	55	57
Penhora	93	92	107	108
Outros	53	52	31	31
Total	416	409	311	311

PJe-JT

	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	198	190	303	295
Mandado	44	38	94	93
Ofício	06	06	06	05
Total	248	234	403	393

ANDRES SANTOS CEVALLOS				
INFOR				
	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	06	06	02	02
Citação	38	38	42	41
Condução de Testemunha	01	01	00	00
Notificação	60	60	32	30
Penhora	68	69	107	104
Outros	37	37	56	54
Total	210	211	239	231

PJe-JT

	Fev-2015 a Jan-2016	Fev-2016 a Jan-2017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	75	74	230	220
Mandado	32	31	110	103
Ofício	01	01	10	10
Total	108	106	350	333

CLAITON LUIZ DUARTE DA SILVA				
INFOR				
Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	10	10	09	09
Citação	61	61	67	67
Condução de Testemunha	01	02	00	00
Notificação	174	182	40	38
Penhora	75	78	86	86
Outros	28	27	47	48
Total	349	360	249	248
PJe-JT				
Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	157	149	510	498
Mandado	35	30	126	123
Ofício	05	05	18	18
Total	197	184	654	639

EDUARDO PADILHA DA COSTA				
INFOR				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	03	03
Citação	64	64	81	81
Condução de Testemunha	02	01	00	01
Notificação	118	116	52	54
Penhora	60	59	112	114
Outros	26	26	20	20
Total	274	270	268	273

PJe-JT

	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	164	143	216	237
Mandado	34	30	69	73
Ofício	03	03	08	08
Total	201	176	293	318

FABRICIO PESSOTTO BALEM

INFOR

	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	12	12	14	14
Citação	67	67	80	80
Condução de Testemunha	01	02	00	00
Notificação	110	110	45	45
Penhora	67	67	119	118



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Outros	21	21	44	44
Total	278	279	302	301

PJe-JT

	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	96	91	248	243
Mandado	26	23	120	119
Ofício	03	03	15	13
Total	125	117	383	375

MARCELO DANTAS RITTA

INFOR

	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	01	01	04
Citação	71	71	73	69
Condução de Testemunha	04	04	00	00
Notificação	143	140	29	29
Penhora	77	76	90	86
Outros	27	28	30	44
Total	326	320	223	232

PJe-JT

	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	168	161	322	327
Mandado	40	37	91	90
Ofício	07	07	08	08



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	215	205	421	425
-------	-----	-----	-----	-----

RAFAEL TAVARES CARVALHAL				
INFOR				
	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	07	07
Citação	92	94	62	62
Condução de Testemunha	01	01	00	00
Notificação	102	103	60	60
Penhora	89	89	122	121
Outros	23	23	11	44
Total	311	314	262	294

PJe-JT				
	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	111	108	261	253
Mandado	29	29	115	111
Ofício	03	03	11	11
Total	143	140	387	375

RAQUEL MEDEIROS DE LORENTZ				
INFOR				
	Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	00	00	04	03



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	00	00	02	02
Penhora	00	00	04	00
Outros	00	00	02	44
Total	00	00	12	49

PJe-JT

		Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
		Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	35	22	
Mandado	00	00	12	06	
Ofício	00	00	01	01	
Total	00	00	48	29	

VINICIUS FERNANDES DA COSTA					
INFOR					
		Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
		Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	09	09	09
Citação	88	90	83	85	
Condução de Testemunha	04	05	00	00	
Notificação	118	123	42	44	
Penhora	112	115	92	95	
Outros	34	35	40	44	
Total	365	377	266	277	

PJe-JT

		Fev-2015 a Jan-2016		Fev-2016 a Jan-2017	
		Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Notificação	00	00	00	00
Mandado	00	00	00	00
Ofício	00	00	00	00
Total	00	00	00	00

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte. A unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM. As instalações são adequadas e o espaço físico é suficiente.

A Unidade conta com 4 servidores, 8 Oficiais de Justiça e 2 Agentes de Segurança. O Coordenador entende ser necessário mais um agente de segurança porque eles ficam no portal de entrada do prédio e há audiências todos os dias, nos dois turnos. Tendo em vista a insuficiência de servidores, não é mais feita a triagem inicial e, tampouco, as guias de remessa e montagem de lotes para arquivamento que haviam absorvido das Varas.

O arquivo é organizado por Vara, por sequência numérica; não há ar condicionado na sala do arquivo - há apenas na sala do servidor e é insuficiente. O Coordenador solicitou a remoção dos processos dos anos de 2013 e 2014 para o Depósito Centralizado. Ainda há espaço no arquivo, mas, segundo o Coordenador, se esses dois anos forem removidos, o espaço será suficiente para armazenar todos os processos físicos ainda em tramitação no Foro. Questionou o procedimento adotado pelo JACEP de arquivar definitivamente processos com dívida. Esses processos são desarquivados para tentativa de quitação do débito, com a utilização dos convênios agora disponíveis. Entretanto, ainda persiste a dúvida quando da emissão de certidão negativa de débito.

A unidade faz o lançamento do protocolo físico, que é entregue no balcão da CCDF; o VIPE é impresso diretamente nas varas. Não realiza a digitalização de documentos que são entregues em meio físico para serem juntados ao PJe. Quando recebidos autos físicos de outros foros, a unidade faz a digitalização e classificação das peças e, posteriormente, a sua inserção no sistema PJe-JT, cadastrando e protocolando o processo. Após, os autos físicos são encaminhados à secretaria da Vara que couber por distribuição, certificando-se o cadastramento no sistema eletrônico.

Os servidores da unidade prestam informações aos advogados sobre o PJe.

Muito raramente ocorre a redução a termo de reclamatórias verbais. Informou o Coordenador que estima ter havido somente uma no ano de 2016. Disse ele que os reclamantes são orientados a procurar um advogado para ajuizar as reclamatórias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade está procedendo à unificação de dados cadastrais, tendo obtido bons resultados. Informou o coordenador ter sido feito um mutirão para realizar tal atividade no ano de 2016. O cadastro é usado para pesquisa, tanto pelas Varas quanto pelos advogados que solicitam conformação de endereços das reclamadas.

Também é atribuição da Coordenadoria a manutenção da área comum do prédio. Requeriu o diretor a criação de um bicicletário, bem como a reforma da calçada do fundo do prédio.

Segundo o Coordenador, os Oficiais de Justiça prestam um excelente trabalho, motivo pelo qual não há necessidade de cobrança. O Coordenador não confere as certidões, mas verifica as que são deixadas nas pastas para ficar ciente. Relatou que cada oficial é responsável pela impressão de seus mandados e dos documentos que o acompanham, bem como da posterior juntada da certidão de cumprimento ao processo eletrônico. Periodicamente controla os mandados em atraso. Ressaltou o Coordenador que nenhuma zona fica a descoberto nas férias dos OJ. O tempo médio para cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça está adequado.

O Coordenador mencionou um projeto sobre novas atribuições das CCDFs bem como inúmeras atividades que o setor poderia executar e não faz pela falta de funcionários. Entregou à equipe da Vice-Corregedoria, por escrito, um plano com sugestões de novas atribuições para o CCDF.

Na inspeção constatou-se a boa organização da unidade, sob a condução do Coordenador Álvaro José Pereira Grill, que juntamente com os demais de servidores desempenha um bom trabalho na CCDF de Pelotas.

6 OUVIDORIA

Não constam na Ouvidoria deste TRT expedientes relativos à Coordenadoria da Direção do Foro e Central de Mandados de Pelotas durante o período correcionado.

7 SOLICITAÇÕES PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA

Solicita-se à **SEMPRO** a verificação da possibilidade de instalação de um aparelho de ar condicionado na sala do arquivo; a construção da calçada no fundo do prédio; a construção de um bicicletário, esse já solicitado anteriormente pela Direção do Foro local.

Solicita-se à **Secretaria de Gestão de Pessoas** informações sobre a possibilidade de ser lotado mais um agente de segurança para o Foro de Pelotas.

8 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 4.3.5 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas as diligências efetuadas, bem como requerida dilação do prazo para cumprimento quando for o caso.

9 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Pelotas das 16h às 16h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceu a Dra. Paula Grill, Presidente da OAB subseção Pelotas.

10 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à essa Vice-Corregedoria (através do e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas.

11 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Álvaro José Pereira Grill e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor